

# Revista Filosófica de Coimbra

---

VOL. 7 • N.º 13 • MARÇO 98

---

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *A essência da obra de arte no pensamento de M. Heidegger e de R. Guardini*

CHRISTOPH ASMUTH — *Começo e forma da Filosofia. Reflexões sobre Fichte, Schelling e Hegel*

KARL-HEINZ WEIGAND — *Ernst Bloch - Une introduction*

FERNANDA BERNARDO — *O rosto como Expressão: ou o acolhimento do outro/outro segundo E. Levinas*

JOÃO TIAGO PEDROSO DE LIMA — *Maurice Merleau-Ponty, Paul Cézanne e o problema da essência da pintura*

a sua formação literária. Segue-se o acto de rebeldia que o leva a recusar esta compreensão da política. Finalmente, teríamos o momento de superação que lhe permitiria integrar os dois primeiros momentos. Skinner não fala propriamente assim mas este tipo de linguagem permite-nos vislumbrar onde está, a nosso ver, o ponto fraco da interpretação aqui oferecida. Skinner diz-nos que a atitude final de Hobbes perante a cultura do humanismo no *Leviatã* reflecte um desejo de reapropriar muito daquilo que antes pôs de lado. Contrariamente àquilo que sucede com alguns comentadores, Skinner não cai na armadilha de negar a dimensão demonstrativa ou científica do *Leviatã* em favor de uma dimensão puramente retórica. Contudo, o seu texto está todo orientado para a análise das características retóricas da obra de Hobbes e do *Leviatã* em particular. Salienta em particular o uso sistemático das técnicas do *ornatus* e o tipo de efeitos retóricos conseguidos com objectivo predominantemente satírico. Isto tem implicações importante na interpretação das convicções religiosas de Hobbes e das suas afirmações sobre a veracidade da Bíblia e dos mistérios da fé cristã. Skinner faz um trabalho notável para nos consciencializar do facto de que o *Leviatã* é produto de uma cultura literária que não nos é familiar. Porém, defendendo, em princípio, que a sua metodologia não significa apenas mais uma maneira de ler os textos ou uma simples actividade de antiquário, deveria ser capaz de oferecer mais elementos para uma interpretação contextualizada da dimensão "científica" do *Leviatã*. Provavelmente parte do pressuposto que este aspecto é o mais frequentemente valorizado na bibliografia especializada mais recente. Este aspecto pode prejudicar gravemente o impacto da leitura de Skinner na medida em que não mostra claramente o impacto desta revalorização da dimensão retórica na análise do texto de Hobbes enquanto tratado científico. Skinner poderá apontar inúmeros aspectos positivos da sua reapreciação do texto hobbesiano mas ficará sempre uma grande insatisfação no que diz respeito à análise do sistema filosófico propriamente dito. Skinner reconhece que Hobbes foi o primeiro autor a apresentar um sistema filosófico global em língua inglesa. Mas, de facto, mais do que analisar as características deste sistema, Skinner preocupou-se com a tarefa de mostrar, até à saciedade, que, ao ensinar a filosofia a falar inglês, Hobbes ensinou-lhe, simultaneamente, um certo tom de voz muito peculiar. Um estilo que terá os seus continuadores em David Hume e em Bertrand Russell. Não é aqui o lugar de discutir o preconceito elitista subjacente a esta leitura. Não precisamos de ser partidários de um optimismo iluminista incondicional para exigirmos mais de um texto filosófico do que o simples domínio de determinadas técnicas da retórica para ridicularizar os ignorantes.

António Manuel Martins

REATH, Andrews/ HERMAN, Barbara / KORSGAARD, Ch. M. (Eds). **Reclaiming the History of Ethics. Essays for John Rawls** (Cambridge: CUP, 1997) vii +415 pp

Estamos perante um volume de homenagem a John Rawls, escrito por antigos alunos que hoje ensinam em diversas universidades norte-americanas, que assume a forma de estudos inspirados na metodologia rawlsiana do equilíbrio reflectido. Apenas duas autoras não pertencem ao mundo da universidade norte-americana: Susan Neiman, professora na Universidade de Tel Aviv e Onora O'Neill, da Universidade de Cambridge. O contributo de Rawls para a revitalização da filosofia política e para a constituição da própria agenda, desde a publicação de *Uma Teoria da Justiça*, é geralmente reconhecido mesmo por aqueles que discordam de muitas das suas opiniões. O que talvez não tenha ainda sido devidamente

explorado é o impacto possível da metodologia rawlsiana noutras áreas da filosofia. O conjunto de ensaios reunidos neste volume representam uma tentativa de aplicação da metodologia seguida por Rawls em muitos cursos dados em Harvard sobre figuras centrais da história do pensamento ético e político desde Aristóteles aos contemporâneos.

Não será de estranhar que os temas destes estudos cubram tópicos ou autores centrais na obra de Rawls. Assim: Marcia L. Homiak, "Aristóteles sobre os conflitos da alma: para uma compreensão da ética da virtude" (7-35); S. A. Lloyd, "Coerção, Ideologia e Educação no *Leviatã* de Hobbes" (36-65); Jean Hampton, "O lado hobbesiano de Hume" (66-101); Joshua Cohen, "A bondade natural da humanidade" (102-139); Susan Neiman, "Metafísica, Filosofia: Rousseau sobre o problema do mal" (140-169); Onara O'Neill, "Dentro dos Limites da Razão" (170-186); Barbara Herman, "Um Reino dos Fins cosmopolita" (187-213); Andrews Reath, "Legislar para um Reino de Fins: a dimensão social da autonomia" (214-239); Adrian M. S. Piper, "Kant sobre a objectividade da lei moral" (240-269); Nancy Sherman, "Virtude kantiana: pedante ou passional?" (270-296); Christine M. Korsgaard, "Assumir a lei: Kant sobre o direito à revolução" (297-328); Hannah Ginsborg, "Sobre a finalidade estética e biológica em Kant" (329-360); Thomas W. Pogge, "Sobre os fins e o sentido da vida em Kant" (361-387); Daniel Brudney, "Comunidade e realização" (388-415).

Marcia Homiak analisa no seu artigo a discussão aristotélica da *akrasia* ou fraqueza da vontade. Tema que foi escolhido não tanto pela pretensão de encontrar mais uma solução exegética para os complexos problemas colocados pelo texto aristotélico mas antes pela oportunidade que oferece de analisar as complexas dimensões do carácter, elemento chave do homem virtuoso. O objectivo estratégico mais amplo vem enunciado no próprio título deste artigo. Trata-se de mostrar em que medida Aristóteles nos oferece, na *Ética a Nicómaco* um tipo de ética da virtude. Tudo depende, como a autora salienta, do que se entende por ética da virtude. De facto, a expressão tornou-se progressivamente moeda corrente em determinado conjunto de autores que a usam num sentido mais negativo do que positivo. O caso mais paradigmático será o de MacIntyre. Marcia Homiak não entra deliberadamente na caracterização genérica de uma ética da virtude exemplificada, supostamente, pelas éticas da Grécia Antiga. Simplificando, poderíamos dizer que o seu objectivo neste estudo é interpretar a *akrasia* como uma falta de carácter e não do processo de deliberação prática. Neste ponto, a estratégia de Homiak é clara mas não aparece qualquer linha de argumentação que possa responder convincentemente a uma objecção corrente à tese subscrita por Homiak a partir do lugar central e estruturante do conceito de *eudaimonia* na ética de Aristóteles.

Os dois textos que se seguem tratam de alguns aspectos ligados à filosofia política de Hobbes (S. A. Lloyd) e sua recepção em Hume (Jean Hampton). Joshua Cohen, por sua vez, aborda um tópico característico de Rousseau, a bondade natural do homem. O que caracteriza a compreensão de Rousseau é a sua demarcação face a teses muito semelhantes de certas teorias igualitárias e de democracia radical. Reconhecendo que a posição de Rousseau tem, apesar de tudo, o seu quê de obscuro, J. Cohen procura interpretá-la de modo a clarificar os aspectos mais ambíguos que tenderiam a transformá-la em simples projecção das nossas preferências morais e políticas. Cohen acaba por concluir que a doutrina da bondade natural do homem é incontornável se quisermos manter de pé o projecto de realizar uma sociedade governada pela vontade geral. Seria mesmo a grande oportunidade de resolver aquilo que se designa como "o problema da possibilidade motivacional": o ideal rousseauiano de associação livre só será possível para os humanos se os vícios não fizerem parte da natureza humana (130-131). Por outras palavras, nesta interpretação, Rousseau antecipa muitos aspectos daquilo a que Rawls chama a vertente "agostiniana" da psicologia moral de Kant.

Susan Neiman analisa o problema do mal em Rousseau partindo de uma observação pouco citada de Kant em que o filósofo de Königsberg atribui àquele o título de "Newton do Espírito" já que teria descoberto "na variedade de formas que a raça humana assume a natureza profundamente abscondita do homem e a observar a lei oculta que justifica a Providência" (Kant, GS, XX, 58.12-59.3 citado nas páginas 139 e 163 n.). Não se contentando com a simples menção do facto de esta nota pertencer ao período pré-crítico, Susan Neiman tenta perceber o sentido da afirmação central de Kant no que se refere ao problema do mal. A obra de Rousseau associa dois tipos de problemas que tradicionalmente foram subsumidos pela designação de problema do mal. Por um lado, a questão de saber porque é que um Deus onipotente e benevolente criou um mundo onde existem muitos males. Nas discussões clássica fazia-se a distinção entre o mal físico e o mal moral mas havia uma certa tendência para associar estas duas categorias. Uma resposta tradicional interpretava o mal físico como uma privação que afectava apenas a ordem particular. Por outro lado, o mal moral era considerado como preço a pagar pelo dom da liberdade. Para muitos autores contemporâneos, designadamente de expressão inglesa, estamos perante dois problemas claramente distintos. Durante o Iluminismo, contudo, os dois tipos de problemas andavam associados. A atenção que lhe era dada pela generalidade dos autores do século XVIII explica a ideia avançada por Kant de que quem o conseguisse resolver poderia ser considerado um segundo Newton. Susan Neiman, ao discutir o problema nas suas diversas dimensões pretende algo mais do que o rigor interpretativo. Visa igualmente esclarecer alguns aspectos importantes da transformação dos problemas filosóficos em geral. Depois de uma breve análise do contexto histórico que informa a obra de Rousseau, apresenta um esboço da análise rousseauiana da existência do mal terminando com a análise da questão de saber qual é exactamente o resultado que justifica a observação de Kant. Um dos intervenientes mais apaixonados nesta polémica foi, sem dúvida, Voltaire que utilizou o terramoto de Lisboa como exemplo paradigmático do mal físico inexplicável pela razão. Isto porque a demonstração de que há males necessários briga com o sentido de justiça que suporta as perguntas mesmas para as quais se procura uma resposta. Daí que, para Voltaire, neste domínio, qualquer explicação filosófica é pior do que não apresentar qualquer justificação. Rousseau, pretendendo mostrar que alguns tipos de mal são, a um tempo, compreensíveis e evitáveis opera, de facto, uma reabilitação da filosofia face à catilinária de Voltaire. A crítica de Voltaire assenta na confusão de três tipos de finalidade que caracteriza a discussão pré-crítica do problema. A reformulação de Rousseau e Kant não se limita a simples clarificação terminológica mas altera o próprio quadro em que as questões se colocam (163).

Onora O'Neill já dedicou à temática da razão e da racionalidade em Kant uma monografia e vários artigos com particular incidência na dimensão da razão prática (ver *Constructions of Reason: explorations of Kant's practical philosophy*, CUP, 1989 e o artigo "Vindicating Reason" no *Cambridge Companion to Kant*, CUP, 1992, pp 280- 308). Contudo, pensa que há ainda muito para dizer sobre esta matéria. O artigo "Nos limites da Razão" aqui apresentado, mais não pretende ser do que um primeiro passo no sentido de explicitar as implicações da concepção kantiana da razão para um interpretação das suas opiniões sobre a religião e a esperança em particular (171). Uma versão menos desenvolvida deste artigo já apareceu em alemão com o título "Innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft" in *Kant über Religion* Hrsg. F. Ricken & F. Marty (Stuttgart: Kohlhammer, 1992), 101-111.

Barbara Herman retoma um tópico clássico da bibliografia kantiana homenageando Rawls de um modo particular. Neste caso, a luz sobre este tema não se fez durante os anos de graduação em que a autora frequentou as aulas de Rawls nos finais dos anos sessenta. A ocasião próxima da escrita deste artigo prende-se com a releitura das lições de Rawls

sobre a ética de Kant. Não se trata de reapreciar as questões mais controversas em torna da moral kantiana mas de analisar alguns pontos fulcrais em torno da própria noção de "um reino dos fins" para explorar algumas possibilidades de reconstruir a análise dos juízos morais num contexto de pluralismo. Barbara Herman é conduzida, assim, para uma interpretação do reino dos fins como um ideal que permite uma reflexão sobre as nossas acções e sobre as práticas que constituem o pano de fundo da acção e do juízo. Será esta a interpretação mais correcta do reino dos fins? Para B. Herman basta que seja legítima. O acento é colocado na fecundidade da interpretação e não tanto na acribia exegetica (210).

O artigo de Andrews Reath "Legislar para um reino de fins: a dimensão social da autonomia" concentra-se na exploração e clarificação da noção de autonomia. Procura resolver algumas das tensões entre autonomia e sujeição às regras e constrangimentos sociais usando a análise triádica da liberdade, tornada moeda corrente pela análise da liberdade política efectuada por John Rawls em *Uma Teoria da Justiça*.

Adrian M. S. Piper começa o seu artigo por uma citação do célebre artigo programático de Rawls, publicado em 1951, na *Philosophical Review*, "Outline of a Decision Procedure for Ethics". De facto, foi aí que começou a viragem rawlsiana no âmbito da filosofia moral e política. Viragem de que os seus alunos se começaram a aperceber claramente nos anos sessenta e um público mais vasto depois da publicação de *Uma Teoria da Justiça* em 1971. Naquele artigo, salienta Piper, a questão da objectividade moral foi reconfigurada de tal modo que a prática da meta-ética se deslocou da análise linguística para a metodologia racional. Isto numa época em que muitos ainda estavam profundamente comprometidos com os programas analíticos sucedâneos do positivismo lógico e da obra de Wittgenstein. Rawls ao substituir a pergunta pela referência dos termos morais pela questão em torno dos juízos morais enquanto resultado de um procedimento racional e fiável deu uma nova orientação à disciplina que acabou por influenciar mesmo os que seguiram caminhos diferentes como Thomas Nagel, Richard Brandt ou David Gauthier. As reservas que o último Rawls manifestou face ao seu optimismo inicial a respeito da integração da ética no quadro de uma teoria geral da decisão racional só mostram a seriedade com que se empenhou na articulação do seu programa delineado nos anos 50 e, por outro lado, até que ponto levou a sério as objecções dos seus críticos mais lúcidos. Piper procura inscrever as intenções programáticas do primeiro Rawls na linha de uma defesa kantiana da objectividade moral. Trata-se de um excerto de um estudo, não publicado à data, sobre a meta-ética de Kant.

Kant continua a ser o tema dominante dos artigos que se seguem nesta colectânea. O último texto, de Daniel Brudney, gira em torno do conceito central de comunidade. Noção que tem estado presente no centro dos debates em torno da obra de Rawls, pelo menos desde o já clássico texto de Michael Sandel sobre *Liberalismo e os limites da Justiça*. Porém, não deixa de ser curioso que os autores que vulgarmente aparecem sob a designação de comunitaristas pouco contribuíram para o esclarecimento desta noção central. Também não foram muito explícitos sobre o tipo de relações que os cidadãos deveriam manter entre si e o estado no modelo defendido como alternativa ao liberalismo rawlsiano. Daniel Brudney insiste na necessidade de clarificar as diferentes concepções de comunidade. O aspecto mais fora do comum no artigo de Brudney é a aproximação entre a compreensão de comunidade de *Uma Teoria da Justiça* e a dos textos do Marx dos manuscritos de 1844. O texto marxiano que serve de base a esta interpretação é o comentário aos Elementos de Economia Política de James Mill. Ao contrário de outros comentadores, Brudney vê a versão da justiça como equidade da *Teoria* muito mais próxima dos ideais comunitaristas do que o *Liberalismo Político*. O problema residiria precisamente no facto de a nova sociedade bem ordenada, não sendo uma comunidade, não ter aquela unidade social mínima que Rawls diz que ela conserva. Sem entrarmos aqui em polémica com a interpretação

de Brudney neste artigo - e reconhecendo a pertinência de muitas das suas observações - não nos parece que a tese central de que os cidadãos da nova sociedade bem ordenada não se completam já que não precisam uns dos outros para manterem instituições justas esteja suficientemente justificada (407).

Em resumo, diríamos que se trata de um conjunto de artigos interessantes sobretudo se forem lidos na perspectiva de uma reflexão crítica sobre o método da filosofia em geral e muito particularmente nas áreas da ética e da filosofia política. Neste campo, esta obra está longe de esgotar as potencialidades do ensino e do exemplo de Rawls.

*António Manuel Martins*